

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Gonçalo Santa Clara Gomes*

A NOÇÃO DE ORDEM INTERNACIONAL

A ideia de Ordem Internacional tem estado presente, de uma forma ou outra, na reflexão quotidiana sobre o estado do mundo. Os acontecimentos recentes, das crises jugoslavas ao terrorismo, e os desentendimentos transatlânticos levam a uma percepção generalizada de que a ordem mundial é insuficiente, já que nem sempre é claro em que assenta a ordem existente e sobre quem recai a responsabilidade pela sua manutenção e que abundam os elementos perturbadores. Desde que deixámos a relativa segurança e previsibilidade do mundo da Guerra Fria, onde eram claros os papéis e posição das maiores potências e as regras e limites do seu relacionamento, a ordem no sistema internacional é instável e estas questões permanecem em aberto.

Os Estados Unidos estão particularmente activos na construção desta nova ordem mundial e a posição que nela decidem assumir – e o modo como essa decisão é aceite – será determinante.

A procura de uma nova ordem internacional e a determinação do lugar que os EUA nela ocuparão será o fio condutor desta reflexão.

Em sentido amplo, a noção de ordem internacional implica um certo grau de percepção comum dos interesses da sociedade de estados e dos objectivos a prosseguir. Implica, também, a aceitação generalizada de normas, regras e princípios pelos estados. E, ainda, a necessidade da existência de mecanismos e instituições que visam assegurar a prossecução dos objectivos e o respeito pelas regras e manter o equilíbrio e a estabilidade no sistema. Entre estes, assume particular importância a repartição do poder e, mais especificamente, o papel que as grandes potências assumem no sistema internacional. É fácil ver que uma ordem internacional será tanto mais estável e pacífica quanto mais profunda for a comunhão de interesses e objectivos, quanto maior for a penetração das normas e princípios, e quanto mais aceites forem as instituições e mecanismos comuns, nomeadamente no que respeita ao papel e função no sistema internacional das maiores potências. Mas é quanto a este ponto que costumam surgir as maiores dificuldades – o que se seguiu ao 11 de Setembro não foi excepção.

A repartição do poder no mundo e o papel que as grandes potências nele desempenham são variáveis que têm que ver com os equilíbrios estratégicos, a balança de poder e a governação (em sentido lato) do sistema internacional. Tocam no poder relativo e nas ambições dos estados e são, por isso mesmo, um ponto inevitável de contestação em qualquer sociedade internacional, podendo frequentemente constituir, se a hierarquia e a função das potências não é tacitamente aceite, um elemento de desordem no sistema. Três elementos têm de ser considerados aqui. O primeiro diz respeito às capacidades económicas e militares comparativas das potências que condicionam o poder e a influência que podem exercer no sistema. O segundo consiste no papel que, em função dessas capacidades e da sua visão do próprio poder relativo, uma potência se quer atribuir no sistema (para uma grande potência pode ir da vontade de dominação do sistema até algum grau de isolacionismo) e, conseqüentemente, os papéis que reserva aos outros. O terceiro consiste no grau de aceitação, ou recusa, desse papel auto-atribuído por uma potência pelos seus parceiros ou rivais – como é natural, a aceitação e conseqüente legitimação da posição de uma grande potência depende do grau da ambição e dos benefícios que para todos resultem dessa distribuição de papéis. É a partir destas realidades que tentarei analisar as flutuações recentes da ordem internacional, particularmente no que respeita ao papel que os Estados Unidos e as grandes potências nela ocupam.

O FIM DA GUERRA FRIA E A ORDEM MUNDIAL

A 11 de Setembro de 1990, em plena crise no golfo Pérsico, o Presidente George H. W. Bush anunciou uma nova ordem mundial: um mundo mais seguro, mais empenhado na procura da justiça, com o primado do direito a suplantar a lei da selva e os estados mais fortes a respeitar os direitos dos mais fracos. Tudo isto conduziria à prosperidade e à harmonia entre as nações: «cem gerações procuraram em vão este ilusivo caminho para a paz» mas um novo mundo estava a procurar eclodir. A crise do Golfo era o primeiro teste desta nova ordem.

Para além do entusiasmo retórico, a proclamação do primeiro Presidente Bush partia de um facto novo nas relações internacionais – o fim da Guerra Fria e de um mundo bipolar – e traduzia uma nova visão do papel dos Estados Unidos no mundo. Brent Scrowcroft definiu essa nova posição da seguinte maneira: «os Estados Unidos seriam a partir de então obrigados a liderar a comunidade mundial num grau sem precedentes» mas, «sempre que possível, num quadro de concertação com os nossos amigos e com a comunidade internacional».

A reacção internacional à invasão do Kuwait, a formulação de uma resposta internacional promovida e coordenada pelos Estados Unidos, a constituição de uma coligação disposta a partilhar o esforço americano e a aprovação das Nações Unidas, tudo isto estabelecia um forte contraste com as realidades do mundo bipolar e parecia justificar o optimismo americano. Três características marcavam a nova era: no novo

mundo, os Estados Unidos assumiriam um papel proeminente; se necessário os Estados Unidos interviriam militarmente para combater actos de agressão e para defender a ordem internacional, mesmo em áreas anteriormente vedadas pelo receio de uma confrontação; mas o ponto mais interessante era o anúncio da intenção de agir em concertação com os velhos aliados e com o novo parceiro, a União Soviética.

Os postulados básicos desta visão da ordem internacional foram mantidos durante a Administração Clinton, pelo menos ao nível da retórica oficial. Mas a ampla coligação da Guerra do Golfo perdeu coesão. Outros países, com outros interesses, mostraram-se pouco depois renitentes a seguir os Estados Unidos: as operações contra a Sérvia de Milosevic tiveram a oposição da Rússia, por exemplo, e a política americana em relação ao Iraque, no final da década, não contou com o apoio da França, da China e da Rússia. Críticas ao papel assumido pelos Estados Unidos foram aparecendo e o termo hiperpotência começou a ser utilizado neste contexto. Mas ainda que o projecto de ordem encontrasse resistências, ele era reforçado no campo da segurança pelo crescente poderio americano, que uma economia florescente permitia, ao mesmo tempo que o renovado ênfase na importância da globalização económica e na expansão da democracia lhe parecia dar um maior enraizamento e justificação.

Os ataques terroristas contra os Estados Unidos em 11 de Setembro de 2001 vieram abalar violentamente as fundações do sistema internacional e questionar, sobretudo, a eficácia dos mecanismos internacionais de resposta à ameaça terrorista. Fácil foi ver que outras ameaças se tinham também acumulado: a da proliferação de armas de destruição maciça; a da alegada malignidade de certos governos, apostados em desafiar as regras e pressupostos de funcionamento da Comunidade Internacional; as derivadas da fraqueza de certos estados conducente a guerras civis endémicas e a instabilidade em várias regiões; e a possibilidade de sobressaltos no Médio Oriente, pondo em causa governos autoritários e repressivos numa zona de importância estratégica fulcral. Uma ordem internacional é testada justamente pela sua capacidade de responder a crises, desafios e ameaças e o terrorismo, que partiu de grupos fora do sistema internacional e que contestam aspectos importantes da ordem existente, constituiu um desafio maior. Perante esta prova, muitos americanos, profundamente ofendidos e surpreendidos pelos atentados, consideraram que os mecanismos e a autoridade do sistema internacional teriam de ser reforçados já que não ofereciam garantias suficientes de segurança para o seu país.

OS ATAQUES TERRORISTAS EM 11 DE SETEMBRO
VIERAM ABALAR VIOLENTAMENTE AS FUNDAÇÕES
DO SISTEMA INTERNACIONAL E QUESTIONAR
A EFICÁCIA DOS MECANISMOS INTERNACIONAIS
DE RESPOSTA À AMEAÇA TERRORISTA.

A TENTATIVA DE REDEFINIR A ORDEM INTERNACIONAL

O ataque de 11 de Setembro abriu uma ferida imensa na sociedade americana provocando sentimentos de dor, ultraje e indignação. Os americanos, sentindo-se pela

primeira vez vulneráveis, pareciam dispostos aos maiores esforços para castigar os culpados e repor a antiga situação de segurança.

A primeira resposta americana satisfaz, em parte, esta aspiração com a invasão do Afeganistão, a destruição dos refúgios do grupo Al-Qaida, o reforço dos controlos internos e externos e o estabelecimento de uma maior cooperação internacional na luta contra o terrorismo (entre outros meios pela criação de um Comité contra o Terrorismo no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao qual os estados têm vindo a reportar sobre o cumprimento das obrigações assumidas neste âmbito). Todos estes esforços tiveram a compreensão, e até o apoio, do conjunto da comunidade internacional, que se solidarizou com a tragédia americana e percebeu a dimensão do que antes era apenas uma ameaça mas que começava agora a concretizar-se.

Mas para alguns sectores do pensamento político americano, com forte implantação na Administração, tudo isto parecia insuficiente. Conjugaram-se aqui várias tendências, desde o realismo clássico a reacções mais instintivas, correspondendo a uma corrente populista também com tradições na América. Mas entre estas linhas de pensamento destacou-se o grupo neoconservador. Para este, a ordem internacional existente e o papel dos Estados Unidos dentro dela careciam de redefinição e reforço. Os Estados Unidos, na sequência do trauma do Vietname, tinham moderado as suas ambições e não estavam a agir internacionalmente à altura das suas responsabilidades como grande

potência. Os Estados Unidos podiam e deviam fazer muito mais.

OS ESTADOS UNIDOS, NA SEQUÊNCIA DO TRAUMA DO VIETNAME, TINHAM MODERADO AS SUAS AMBIÇÕES E NÃO ESTAVAM A AGIR À ALTURA DAS SUAS RESPONSABILIDADES.

A visão deste grupo, que é preciso considerar como profundamente racional e assente em pressupostos teóricos e de facto respeitáveis, partia de uma reavalia-

ção do poderio americano no mundo. Com 31 por cento do produto mundial (em 2002) e com um orçamento de defesa superior aos orçamentos militares dos dez países que se lhe seguem em poderio, correspondendo a 40-45 por cento das despesas militares no mundo, os Estados Unidos encontram-se sem rival: o país concentra uma percentagem da potência material no mundo muito superior à que requereram outras nações para tentar projectos imperiais. Relegar a América a uma posição de simples *primus inter pares*, dependendo para agir do assentimento de outros, parecia assim desnecessário e até, atendendo ao grau de ameaça existente, perigoso.

Esta perspectiva optimista do poder americano era acompanhada de uma percepção depreciativa do poder dos outros estados. Sobretudo no terreno militar, as deficientes capacidades dos outros estados, mesmo os maiores, pouco pareciam trazer em valor acrescentado ao aparelho militar americano. A isto acrescentam as dificuldades de coordenar politicamente aliados, dificuldades também sentidas quanto à cooperação militar no terreno de forças coligadas – o que leva o Pentágono, tanto no planeamento como na execução, a preferir acções independentes. Esta mesma visão redutora do papel

de outros actores internacionais estende-se, porventura com ainda maior força, às organizações internacionais, incluindo a ONU, vistas como ineficazes e tendencialmente limitadoras da liberdade de acção americana. Esta mesma relutância a deixar-se enredar em teias internacionais transparece na aversão recente dos EUA por tratados e obrigações internacionais, tidos como procurando inibir o livre prosseguimento das acções americanas. Ora, agindo os EUA segundo princípios éticos, estas restrições seriam desnecessárias.

Estas duas perspectivas eram acompanhadas de uma terceira que tem a ver com o conceito de liderança, excepcionalmente valorizado nos Estados Unidos. É um dado que o mundo precisa de ser conduzido, especialmente num momento difícil como o actual. Esta realidade é suposto ser percebida tanto pelos que têm capacidade para assumir as principais responsabilidades da governação mundial, como pelos que beneficiam dessa liderança e certamente aceitarão segui-la. Nesta perspectiva, dirigentes americanos estavam confiantes de que se os outros países vissem que os Estados Unidos agiam com força e determinação, não hesitariam em acompanhá-los (e isto explica também a decepção e raiva quando alguns países se opuseram às decisões americanas).

Um quarto aspecto do pensamento neoconservador tem a ver com os grandes objectivos e com os valores que devem nortear a política externa americana. O realismo duro da análise do poder cede aqui perante uma profunda vontade de orientar a grande estratégia em função de ideias e valores. Trata-se de efectuar alterações profundas na sociedade internacional e, para além do dever dos responsáveis de actuar segundo princípios e valores, esta seria a única forma de legitimar a acção e tornar os seus efeitos duradouros, já que os valores são vistos como aspirações universais. Assim, os neoconservadores são cépticos quanto a regimes antidemocráticos e opressores dos seus povos e a democratização, sobretudo nas regiões conturbadas e voláteis, aparece-lhes como um objectivo desejável e necessário para a estabilidade.

Com esta mistura de confiança nos próprios recursos e na bondade da causa, e aproveitando um momento em que o povo e o Congresso americano estavam abertos a uma tentativa de mudança da ordem mundial que trouxesse aos Estados Unidos mais segurança e ao mundo mais justiça, foi tomada a decisão de invadir o Iraque. Nas explicações públicas da decisão foram invocadas razões estratégicas (a ameaça que resultava da posse de armas de destruição maciça e possíveis ligações com Al-Qaida), políticas (a destruição de um tirano e a libertação do povo iraquiano) e jurídicas (o não cumprimento de resoluções da ONU). Mas por trás estava uma vontade de transformar radicalmente as condições de segurança (o *security environment*) de toda uma região de especial interesse para os EUA, onde regimes aliados estavam ameaçados, tanto para garantir o acesso ao petróleo como para criar condições para uma solução do conflito israelo-palestiniano. De resto, o terrorismo partia do Médio Oriente e a melhor resposta era transformar esta região. Tal transformação tinha uma ambição imensa – a democratização da região e a sua reconstrução em moldes adequados à nova *Pax Americana*.

A guerra do Iraque não deve ser vista só como uma resposta isolada a um problema concreto de segurança. Ela representou também o anúncio claro das intenções americanas quanto à ordem internacional e quanto à maneira de esta responder aos elementos de desordem introduzidos no sistema. Uma segunda nova ordem internacional vinha a caminho, apoiada na frustração americana, no crescente poderio dos Estados Unidos mas também numa relativa passividade dos principais parceiros estratégicos perante as novas ameaças – o excesso na definição do papel americano teve também a ver com a falta de iniciativa e dinamismo de outros, incluindo os europeus. Perante uma ordem mundial ameaçada, os EUA sentiram um vácuo de poder e tentaram ocupá-lo.

OS LIMITES DO PODER

Os resultados da invasão do Iraque, nas condições em que teve lugar, são conhecidos. A vitória militar foi rápida e espectacular, Saddam Hussein foi destituído e, mais tarde, preso, e as forças da coligação ocuparam o país e tomaram conta do poder. Um processo conduzindo à instalação de um governo provisório, ao fim da ocupação formal e a eleições foi posto em marcha. Foi feito um grande esforço para restabelecer os serviços básicos e para restaurar a normalidade da vida no país.

Mas grande parte dos objectivos políticos da coligação não foi atingida. Desde cedo apareceram formas de resistência e inconformismo perante a ocupação militar e as autoridades americanas nem sempre foram felizes nas medidas adoptadas, agravando o descontentamento local e facilitando a tarefa dos grupos, autóctones ou infiltrados, que conduziram uma série de atentados. O caminho da democracia no Iraque parece perturbado por esta instabilidade e insegurança, para além das dificuldades que oferece a composição étnica e religiosa do país.

Também numa perspectiva regional os resultados parecem, ao menos por agora, decepcionantes. O mundo árabe não manifesta atracção pelo grande desígnio libertador americano e as iniciativas de Washington nesse sentido têm um acolhimento gelado. A paisagem política na região não sofreu grandes alterações e os governos que apoiaram os Estados Unidos não saíram reforçados. Não se registaram progressos, nem parece facilitada a solução do conflito israelo-palestiniano. A situação no Afeganistão pouco evoluiu, em parte devido à insuficiência de atenção e recursos, desviados para o Iraque. No campo da luta contra o terrorismo pode notar-se que o número de atentados, e de vítimas deles, não diminuiu e há indícios inquietantes de que a base de recrutamento de potenciais terroristas pode até ter-se alargado.

Em termos de ordem internacional e do papel americano as consequências são também preocupantes: a dimensão atingida pelo antiamericanismo no mundo pôs em causa os mandatos de governos dispostos a apoiar os EUA e levou outros a atitudes de prudência – a autoridade americana no mundo não subiu. Igualmente entre os efeitos negativos regista-se uma quebra da anterior unidade ocidental, ainda não recuperada apesar dos últimos esforços. As recentes investigações sobre os serviços de informação levam

também a uma perda de credibilidade americana e afectam a capacidade de influência dos EUA. Finalmente, os custos financeiros, humanos e em termos de imagem desta operação começam a desiludir o povo americano, o que se reflecte nas recentes sondagens à opinião pública.

Estes resultados da actual política externa americana não constituem surpresa para muitos, mesmo dentro da Administração americana. Eram já pressentidos por aqueles que punham em causa a validade de alguns dos pressupostos teóricos dos neo-conservadores.

O ponto fulcral em que a análise que temos vindo a considerar se afasta da realidade é a consideração do poder. Como vimos, a enorme concentração de poder económico e militar nos Estados Unidos, quase sem precedentes, cria uma ilusão que os pressupostos da teoria realista reforçam. Na verdade, se o mundo fosse uma grande empresa e o poder se limitasse ao poder material, certamente que o poderio americano seria suficiente para uma tomada de controlo. Mas o mundo não é uma empresa e, mais importante, há muito poder para além do económico e militar que tem também de ser tomado em conta.

Sem pretender aprofundar aqui a questão do poder nas relações internacionais, notaria brevemente, em primeiro lugar,

que o crescimento do poder americano acontece num mundo em que o poder dos indivíduos, de grupos, de sociedades nacionais, cresce exponencialmente em virtude da capacitação das pessoas, da multiplicação do acesso à informação, do desenvolvimento de tecnologias, da abertura das sociedades, da democratização, do reforço espectacular do mundo transnacional. Todo este poder influi directa e indirectamente no comportamento de cada Estado e da sociedade internacional de um modo sem precedentes e aumenta as capacidades de resistência e de oposição a decisões de grandes e pequenas potências (embora, inversamente, se houver convergência de interesses se estabeleçam poderosas sinergias). A sociedade dos estados está mais estrangida hoje do que nunca.

Em segundo lugar, notaria o facto de que os países do mundo ocidental formam um subsistema extremamente integrado e que se rege por regras e princípios kantianos e que excluem a guerra e as pressões fortes entre os membros. Sem aprofundar esta ideia, notaria apenas que a interdependência e a comunidade de valores tornam quase impossível, neste grupo, o uso de castigos e recompensas como meios da política externa – desafiar uma superpotência pode, praticamente, não trazer custos, enquanto que tentar acompanhá-la pode não trazer benefícios e tornar o governo vulnerável perante os seus eleitores.

Neste mundo necessariamente mais complexo e plural, é a minha terceira observação, a autoridade dos estados e a legitimidade das suas decisões contam mais do que a força ou

SE O MUNDO FOSSE UMA GRANDE EMPRESA
E O PODER SE LIMITASSE AO PODER MATERIAL,
CERTAMENTE QUE O PODERIO AMERICANO SERIA
SUFICIENTE PARA UMA TOMADA DE CONTROLO.

as capacidades materiais. Ora a autoridade e a legitimidade dependem de factores como a conformidade das decisões com o direito e com princípios de justiça, o respeito pelas instituições e mecanismos da sociedade internacional, e a participação que, grandes ou pequenos, os estados tiveram na formação dos consensos internacionais. Parte do que hoje se chama, por vezes, *soft power*, tem a ver com estas realidades e formas de poder. Só que, enquanto o cálculo do poder material é relativamente fácil, o de formas e tipos de poder não material é, até agora, deixado largamente à intuição.

Um quarto ponto, relacionado com estes, diz respeito à decisão de agir, se necessário, unilateralmente e à relativa negligência na formação de um consenso alargado. Isto foi visto como arrogância e afastou alguns aliados, sobretudo europeus. É verdade que os EUA se depararam com uma situação em que eram divergentes as percepções do perigo e sobre a necessidade de uma intervenção. Mas, para além dos indicados, o unilateralismo tem a consequência nefasta de concentrar sobre quem age uma parte desproporcionada da responsabilidade pelo que acontece (ou deixa de acontecer) e das reacções hostis dos que se sentem ofendidos. A tentativa americana de reforçar o seu papel na ordem internacional foi afectada por isto.

É o facto de não considerar cabalmente estas realidades que prejudica a lógica dos neo-conservadores e acabou por afectar os resultados da recente tentativa, tanto no que respeita ao Iraque como em relação à ordem internacional. Mas outros elementos desta doutrina têm indiscutível validade e merecem continuar a ser incluídos nos esforços para implantar uma nova ordem internacional mais justa.

PARA UMA NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Na análise das realidades internacionais é quase impossível não tomar em consideração as evoluções desejáveis da situação actual. Não resistirei à tentação.

Começarei por notar que, perante o insucesso relativo da recente política no Iraque e no Médio Oriente, e apesar de tentativas de os explicar apenas em termos de «erros» na aplicação da política e não da imperfeição desta, a retórica da Administração tem baixado de tom e a possibilidade de intervenções semelhantes à do Iraque parece mais afastada – outros meios estão a ser tentados noutros casos. As falhas em matéria de recolha e avaliação de informações que foram detectadas levaram também a afastar do discurso corrente a noção de intervenções preventivas.

Mas perante as ameaças e desafios que perturbam a sociedade internacional e põem em causa os equilíbrios existentes, a clarificação e o reforço da ordem internacional, em todos os seus elementos constitutivos, parecem imperativos. Isto inclui os interesses e objectivos comuns; as normas, regras e princípios que regem a sociedade internacional; e os mecanismos e instituições ao seu serviço. Talvez o mais difícil seja, precisamente, a definição dos papéis que cabem na gestão da sociedade internacional às maiores potências, matéria sempre controversa e que as perturbações recentes da vida mundial tornaram, como vimos, central nas preocupações de todos. E por ela começarei.

Os Estados Unidos, dizia Madeleine Albright, são a nação indispensável. Creio que ninguém o discutirá – com o peso que têm na cena internacional, o seu contributo, mais, o impulso que podem dar para a definição da agenda internacional e para a sua implementação são imprescindíveis. Sem a participação e o empenho americano será impossível resolver problemas de toda a ordem, sejam eles os do Médio Oriente, ou a proliferação de armas de destruição maciça, ou enfrentar os flagelos, a extrema pobreza, as catástrofes humanitárias que ameaçam o mundo – e a Comunidade Internacional tem o dever de responder a estes desafios. É bom que os Estados Unidos estejam conscientes desta imensa responsabilidade que é sua, e convém também que todos os outros o reconheçam e procurem partilhar as tarefas e encargos. Este papel não pode (nem deve tentar) ser «imperial», mas é difícil calibrar exactamente o nível de autoridade no sistema de que os EUA beneficiarão. Conviria que no exercício desta responsabilidade os EUA manifestassem aquele «decent respect to the opinions of mankind» de que fala a Declaração de Independência, o que será mais fácil se os parceiros internacionais assumirem também as suas responsabilidades na condução do mundo. Mas eu diria que uma retracção americana perante as dificuldades do papel que lhes deve caber seria um pesadelo, mesmo para os que se permitem algum antiamericanismo.

O problema parece às vezes ser o do voluntarismo, arrogância, ou unilateralismo americanos. Mas talvez se trate aqui, em parte, de um efeito óptico – o peso e a intervenção americanos parecem excessivos porque outros estão a pesar e a intervir menos do que deviam e a agir reactivamente. Pergunto-me se, por vezes, os Estados Unidos não estarão a ser usados como desculpa para a inacção de outros, contentes com acomodar-se às dificuldades que vão surgindo. Mas o estado do mundo e o sentido da sua evolução exigem políticas intervenientes e uma ambição de melhorar o mundo, ainda que mais modesta do que a proclamada recentemente pela Administração americana, que ficaria bem a todos. E convém lembrar aqui que a participação alargada nas decisões mundiais é condição da sua autoridade e legitimidade.

À União Europeia cabe um papel fulcral nesta transformação do mundo, papel que não tem vindo a desempenhar. A interven-

ção avulsa de países europeus, independentemente dos méritos da acção de cada um, desvaloriza o imenso *soft power*, a grande autoridade de que a UE goza pelo facto de não ter ambições de grande potência, pelo facto de conduzir a sua acção internacional por valores e com um sentido claro do bem comum mundial, pelo modelo de convivência kantiana entre os países membros e com os países que a rodeiam que estabeleceu. A Europa pode e deve desenvolver uma ambição maior e, mais do que baixar o estatuto dos Estados Unidos no mundo, deve procurar elevar o seu. O que não significa, obviamente, tentar constituir-se em contrapoder dos EUA, o que apenas serviria para

PERGUNTO-ME SE, POR VEZES, OS ESTADOS UNIDOS NÃO ESTARÃO A SER USADOS COMO DESCULPA PARA A INACÇÃO DE OUTROS, CONTENTES COM ACOMODAR-SE ÀS DIFICULDADES QUE VÃO SURGINDO.

perturbar a ordem desejável, mas não exclui formas de emulação na procura de soluções e na acção estratégica.

Aos Estados Unidos, à União Europeia e às outras grandes potências cabe agora definir uma nova doutrina internacional, um conjunto de princípios e objectivos estratégicos para fazer face aos desafios do século XXI. Esta unidade de pensamento e acção foi possível no campo ocidental durante a Guerra Fria e deve ser possível alargá-la a toda a sociedade internacional.

Este entendimento comum com vista a uma cooperação com respeito pela participação de todos deve contribuir para precisar melhor os restantes elementos da ordem internacional – os interesses comuns, que são muitos, mas de que nem sempre estamos conscientes; os nossos grandes objectivos, com vista a responder às necessidades do milénio, e que não devem ser modestos; os princípios e normas da vida internacional, a que alguma grande potência pode hesitar em subordinar-se mas que, pelo contrário, devem ser reforçados à luz de uma ética comum; e as instituições e mecanismos de regulação e promoção da cooperação internacional, entre os quais as Nações Unidas – organização por vezes injustamente criticada, mas que tem dado um contributo inegável para a paz internacional. A ordem internacional, que tem tido dificuldade em assumir contornos nítidos, pode vir a beneficiar das dificuldades presentes se para isso houver vontade. **RJ**

*As opiniões expressas neste artigo vinculam apenas o seu autor.

Os ataques de surpresa contra o World Trade Center e o Pentágono foram chamados o Pearl Harbor desta geração, revelando as vulnerabilidades externas da América e desencadeando uma reorientação fundamental da política externa. [...] Essa imagem que evoca uma transição histórica da política externa norte-americana e da ordem mundial é enganadora. Os acontecimentos do 11 de Setembro e a declaração de guerra da Administração Bush contra o terrorismo terão um impacto duradouro na política mundial, mas sobretudo para fortalecer a ordem internacional ocidental e criar novas oportunidades de coesão entre as grandes potências, incluindo a Rússia e a China.” **RJ**
G. John Ikenberry, “The American grand strategy in the age of terror”, Survival, Inverno de 2001.